



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**  
**Desenvolvimento Sustentável**  
**SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Núcleo de Apoio**  
**Operacional**

Ofício SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-NAO nº. 88/2021

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2021.

Assunto: **Despacho para Autuação e Conversão em Processo Híbrido**

Empreendedor / empreendimento: **S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool - Filial Campo Florido / Fazenda Conteliva I e II (matrículas 8.412 e 8.473)**

CPF/CNPJ: **12.229.415/0014-35**

PA nº **36293/2014/001/2021** - Documento SIAM nº **0468221/2021**

Senhor(a) Empreendedor(a),

Em cumprimento ao Art. 1º, § 2º da Resolução Conjunta Semad/IEF/IGAM/FEAM nº 3.045 de 02 de fevereiro de 2021, este processo digital SEI nº **1370.01.0046397/2021-15** passa a ser híbrido ao processo administrativo SIAM nº **36293/2014/001/2021**.

Solicitamos que toda comunicação para este processo Siam seja feita exclusivamente através deste processo SEI nº **1370.01.0046397/2021-15**, de forma intercorrente.

Atenciosamente,

**Francisco Raelson da Silva Oliveira**  
Coordenador do Núcleo de Apoio Operacional  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Raelson da Silva Oliveira, Coordenador**, em 17/09/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código



verificador **35405950** e o código CRC **2B1FF5CA**.

---

**Referência:** Processo nº 1370.01.0046397/2021-15

SEI nº 35405950

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL****Gabinete - Secretaria Executiva COPAM/MG**

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

**Pauta da 56ª Reunião Ordinária da  
Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP) do  
Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)**

Data: 23 de setembro de 2021, às 9h.

**Endereço virtual da reunião:**

<https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>

**1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

**2. Abertura pela Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins.**

**3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.**

**4. Exame da Ata da 55ª RO CAP de 26/08/2021.**

**5. Procedimentos no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA: transparência e ações conexas. Apresentação: Diretoria de Estratégia em Regularização e Articulação com Órgãos e Entidades Intervenientes/Suram/Semad.**

**6. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação:**

6.1 Minasligas S.A./Fazenda Reunidas dos Gerais - Gleba 02 e 04 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Rubelita, Virgem da Lapa e Coronel Murta/MG - PA/SLA/Nº 3253/2020 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Igor Lopes Braga, representante da Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif), Ronaldo Luiz Rezende Malard, representante da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e Carlos Alberto Santos Oliveira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).

**7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva:**

7.1 S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool/Fazenda Conteliva II - Matrículas 8.412 e 8.473 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Frutal/MG - PA/Nº 36293/2014/001/2021 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM.

## 8. Encerramento.

**Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins**

Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas e  
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins, Diretor(a) Geral**, em 13/09/2021, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35120056** e o código CRC **8AF5911E**.



**MINAS GERAIS**

servidor(a) R.J.L.R - MASP: 1.334.507-9, por suposta ofensa à integridade física do Indivíduo Privado de Liberdade - IPL- W.R.B - INFO-PEN 193395, ao em tese, desferir alguns tapas na nuca do IPL, ocorrida no dia 22 de outubro de 2015, no Complexo Penitenciário Nelson Hungria, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, conforme documentos (24996264) - Fls. 20-34; (26428977) - Fls. 09-41, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, 246, incisos I, com incidência ao artigo 250, inciso IV, todos na forma da Lei nº 869/52, estando sujeitos a uma das penalidades previstas no art. 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Estatutário c/c o artigo 12, parágrafo único da Lei nº 18.185/2009 e nos termos do artigo 9º do Decreto nº 45.155/2009, sob pena de REVELIA. A Comissão procederá, com fulcro no artigo 225 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, à intimação do(a) servidor(a) indiciado(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, para apresentar suas Alegações Finais de Defesa. Durante o prazo concedido, os autos do processo ficarão à disposição do sindicato, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 1520.01.0000909/2021-17, sendo o acesso de carga e vistas aos autos solicitado através do endereço eletrônico: sejuspcom03@gmail.com, gislayne.santos@seguranca.mg.gov.br, ou no Núcleo de Correição Administrativa perante esta Comissão Sindicante, instalada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Minas, 3º andar/par, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, telefone (31) 3916-9737. Sindicado: R.J.L.R - MASP: 1.334.507-9, EX PRESTADOR DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO - COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA. Belo Horizonte, 01 de setembro de 2021. Gislayne Nascimento dos Santos MASP 1.140.640-2 Presidente da Comissão

**01 1526915 - 1**

EDITAL DE CHAMAMENTO O Sr. André Luis Martins Sousa, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 154/2020, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 05/12/2020, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, NOTIFICA, durante 08 (oito) publicações consecutivas o processado GLEIDISTON FERNANDES LUCAS - MASP 1.284.199-5, das audiências das testemunhas para apuração do referido processo, a ser realizadas na data e local conforme cronograma abaixo, sendo-lhe facultado o comparecimento. Sendo a 1ª Testemunha D.D.C.F - Masp: 1.453.088-5, dia 21/09/2021, às 08:30; 2º Testemunha – U.B.D.S.F - Masp: 1.453.066-1 dia 21/09/2021, às 09:00; 3ª Testemunha R.A.D.S. – Masp 1.453.662-7 dia 21/09/2021, às 09:00. Para tanto, novamente colocamos à sua disposição e que conforme vosso conhecimento, a Comissão encontra-se em funcionamento na Rua Gutemberg, 01, Bairro Bom Jesus, CEP: 35790-866, Curvelo/MG, no horário de 08:00 às 17:00 horas. Telefones: (38) 999251811, (38) 999026296, (38) 999117340, em dias úteis, ou por e-mail: comissao14risp@gmail.com.

Curvelo- MG, 03 de setembro de 2021 André Luis Martins Sousa Masp 1.388.433-3 Presidente de Comissão

**03 1528033 - 1**

ATO Nº 531/2021 – TORNA SEM EFEITO - PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL Tornar sem efeito a Resolução SEJUSP Nº 107, de 30 de Março de 2021, publicada em 01 de Abril de 2021, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional, concedida a servidora Maria de Fatima Messias-MASP:1378033.3, em virtude de decisão proferida em sede de recurso nominado no Processo Judicialhº 5008830-63.2020.8.13.0313.

Belo Horizonte, 10 de Setembro de 2021. ROGERIO GRECO Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ATO Nº 530/2021 – TORNA SEM EFEITO - PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL Torna sem efeito a Resolução SEJUSP Nº 214, de 21 de Outubro de 2020, publicada em 23 de Outubro de 2020 e Resolução SEJUSP Nº 31, de 22 de Janeiro de 2021, publicada em 23 de Janeiro de 2021, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional, concedida a servidora Erika Itaborai Castro Nogueiras-MASP: 858397.3, em virtude de decisão proferida em sede de recurso nominado no Processo Judicialhº 5008830-63.2020.8.13.0313.

Belo Horizonte, 10 de Setembro de 2021. ROGERIO GRECO Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

**13 1530401 - 1**

EDITAL DE CHAMAMENTO O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 056/2021, Ronaldo Figueiredo Lira, conforme PORTARIA/NUCAD/ CSet - SEJUSP/PDS Nº 056/2021, com extrato publicado Diário Oficial de Minas Gerais de 14/07/2021 e da portaria de retificação PORTARIA/NUCAD/CSet/SEJUSP – RETIFICAÇÃO Nº 025/2021, com extrato publicado Diário Oficial de Minas Gerais de 22/07/2021 tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, edifício Minas, 3º andar, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, CEP 31630-900 nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, telefone (31) 3915-5848. No entanto, em decorrência da situação de emergência em Saúde Pública no Estado, causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), informamos que estamos em Regime de Teletrabalho e deverá ser realizado prévio contato, através dos correios eletrônicos da comissão: comissao\_sejuspp@gmail.com; ronaldo.lira@seguranca.mg.gov.br; no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Procedimento Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa prévia para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, para apurar, até conclusão suposta inserção de dados falsos e/ou inverídicos na folha de ponto ao ter usufruído de folga no período compreendido entre 01/01/2017 a 04/02/2017, sem saldo suficiente em banco de horas, causando o suposto dano ao erário, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, III e VI do referido Diploma Legal, c/c o artigo 12, parágrafo único da Lei nº 18.185/2009 e nos termos dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019, sob pena de REVELIA: ROGERIO DE MOURA GOMES - MaSP 1.080.752-7 – PROCESSADOS no PDS 056/2021.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2021. Ronaldo Figueiredo Lira Masp 1.146.635-6 Presidente de Comissão

**03 1528008 - 1**

EDITAL DE CHAMAMENTO O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 070/2021, Senhor André Luiz Freitas, Masp. 1208264-0, instaurada pela Portaria nº PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 070/2021, emitida pela Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e publicada em 10/08/2021, bem como a PORTARIA/NUCAD/CSet-SEJUSP – SUBSTITUIÇÃO Nº 098/2021 publicada em 24/08/2021, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada à Avenida Celina Ferreira Otoni, 3655, Jardim Sion, CEP 37048-580 Varginha-MG, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas, Telefone (35) 3322-8201 (whatsapp) ou pelo e-mail nucasdextarisp@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de

testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos art. 216, incisos V e VI, 217, inciso IV e X, 245 caput e parágrafo único, 246, incisos I e III, e art. 250, incisos II e VI, todos da Lei 869/1952, estando sujeito as penalidades administrativas previstas no art. 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Estatutário c/c o art. 12, parágrafo único da Lei 18.185/2009 e nos termos do art. 9º do Decreto nº 45.155, de 21 de agosto de 2009; sob pena de REVELIA, em face do ex-prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, F.J.S. - MaSP 1.214.905-0 – PROCESSADO NO PDS 070/2021.

Varginha-MG, 03 de setembro de 2021. André Luiz Freitas Masp. 1208264-0 Presidente da Comissão

**03 1527986 - 1**

EDITAL DE CHAMAMENTO O Sr. Marlúcio Magno dos Santos, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 028/2019, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 10/05/2019, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA e CITA o servidor efetivo, na função de Agente de Segurança Penitenciário, IDIVALDO OLÍMPIO FILHO - Masp 1.381.582-4, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Av. Rodovia Papa João Paulo II, 4.001 – Bairro Serra Verde – Prédio Minas – 03º andar, Belo Horizonte - MG, no prazo de 10 (vinte) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, se entender cabível, oferecer defesa prévia, protocolar antecipadamente pedido de diligências, ofertar rol de testemunhas ou juntar documentos neste Núcleo de Correção Administrativa, e-mail comissaoamlucio@gmail.com, a fim de operar, com plenitude, os seus direitos petriculados no art. 5º, IV da CF/88, sob pena de REVELIA; e designação de defensor “ex-offício” Idvaldo Olímpio Filho - Masp 1.381.582-4 – PROCESSADO no PAD 028/2019. Belo Horizonte, 01 de setembro de 2021 Marlúcio Magno dos Santos 1.079.863-5 Presidente de Comissão

**01 1526926 - 1**

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 25/2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Kamila Esteves Leal. Diretora Regional de Fiscalização designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco. Designada pelo Ato de Delegação SEMAD/SECEX Nº 01, de 10 de fevereiro de 2021.

LAT(LO): 1) Gerdau Aços Longos S.A., Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa; Produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial; Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados e Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil, Divinópolis/ MG, Processo nº 00013/1978/039/2015, Classe 6 .

A Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS RAS): 1) Município de São Francisco de Paula/Estação de Tratamento de Esgoto - IET São Francisco de Paula, Estação de tratamento de esgoto sanitário e Interceptores, emissários, elevatórios e reversão de esgoto, São Francisco de Paula/MG, Processo nº 3062/2021, Classe 2 Motivo: Impossibilidade técnica.

(a) Kamila Esteves Leal. Diretora Regional de Fiscalização designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco.

A Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas: LAS RAS: 1) Márcio José do Amaral - Draga Santa Virgínia Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Itaguara/MG e Carmópolis de Minas/MG, Processo nº 3314/2021, ANM 830811/2012, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 13/09/2031. 2) Mario Clebes Silva/Fazenda Santa Inês, Suinocultura, Luz/MG, Processo nº 3421/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 10-09/2031. 3) Fazenda Córrego da Divisa, Avicultura, Formiga/MG, Processo nº 4102/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 10/9/2031.

(a) Kamila Esteves Leal. Diretora Regional de Fiscalização designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAS/RAS: 1) Silicom Metais e Comercio Ltda., Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados, Itatima/MG, Processo nº 4617/2021, Classe 3.

(a) Kamila Esteves Leal. Diretora Regional de Fiscalização designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: \*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) GPR Minério Ltda., unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, Queluzito/MG, Processo nº 4504/2021, classe 2. 2) Estação de Tratamento de Esgoto Rancho Novo - COPASA MG, estação de tratamento de esgoto sanitário, Conselheiro Lafaiete/MG, Processo nº 4560/2021, classe 2. 3)Bela Rocha Mineração Ltda., lavaa a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos (ardósia), Curvelo/MG, Processo nº 4614/2021, classe 2. \* Licença de Operação Corretiva (LACI): 1) Organizações RC Eireli, outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas, Prudente de Moraes/MG, Processo nº 4559/2021, classe 4.

(a) Breno Esteves Lasmar - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

**13 1530561 - 1**

**DIÁRIO DO EXECUTIVO**

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Acreior Muzambo Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Monte Belo/MG, PA SLA nº 4607/2021, Classe 2. 2) GP Comércio e Indústria de Pedras Eireli, Lavaa a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, São Thomé das Letras/MG, PA SLA nº 4623/2021, Classe 2. 3) Mineração e Comércio de Pedras Mandembe Ltda., Lavaa a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, São Thomé das Letras/MG, PA SLA nº 4622/2021, Classe 2. 4) Minas Condutores Elétricos Eireli, Produção de fundidos de metais não-ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico, inclusive a partir de reciclagem, Guaxupé/MG, PA SLA nº 4611/2021, Classe 3.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Unicafé Companhia de Comércio Exterior, Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Varginha/MG, Processo nº 4457/2021, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Loteamento Residencial Água Azul Empreendimentos Imobiliários Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Pratápolis/MG, Processo nº 4514/2021; 2) Cerâmica Trespontana Ltda., Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos “pó de balão” ou “lama de alto-forno” à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila, Nepomuceno/MG, Processo nº 4572/2021; 3) Empreendimento Condomínio Pontal Ville SPE Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Três Pontas/MG, Processo nº 4567/2021; 4) Estilo Compensados Eireli, Fabricação de madeira laminada ou chapas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não revestida, Pouso Alegre/MG, Processo nº 4569/2021; 5) Teknofert Fertilizantes Brasil Ltda., Produção de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos, exceto produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleigenas, do carvão-de-pedra e da madeira, São João del Rei/MG, Processo nº 4561/2021.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas.

**13 1530543 - 1**

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Município de Presidente Olegário/ Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos. - Presidente Olegário/MG, PA nº4612/2021, Classe 2. 2) Petrachi Participações LTDA/ Fazenda Água Limpa, mat. 6923, - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Horticultura (Horticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), - Perdizes/MG, PA nº4606/2021, Classe 3. 3) Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG/Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Carneirinho Sede - COPASA- Estação de tratamento de esgoto sanitário, - Carneirinho/MG, PA nº4586/2021, Classe 2.

(a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

**13 1530664 - 1**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO (Publicada no Diário Oficial de “MG”, do dia 11/09/2021, p 14 e 15) Na Pauta da 57ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Industriais (CID) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Onde se lê: Pauta da 56ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Industriais (CID) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) Data: 21 de setembro de 2021, às 14h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w Leia-se: Pauta da 57ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Industriais (CID) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) Data: 21 de setembro de 2021, às 14h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w \*As demais informações permanecem inalteradas.

**13 1530659 - 1**

Pauta da 56ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) Data: 23 de setembro de 2021, às 9h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP), Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins. 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais. 4. Exame da Ata da 55ª RO CAP de 26/08/2021. 5. Procedimentos no Sistema de Licenciamento Ambiental- SLA: transparência e ações conexas. Apresentação: Diretoria de Estratégia em Regularização e Articulação com Órgãos e Entidades Intervenientes/ Suram/Semad. 6. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 6.1 Minasligas S.A./Fazenda Reunidas dos Gerais - Gleba 02 e 04 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Rubelita, Virgem da Lapa e Coronel Murta/MG - PA/SLA/Nº 3253/2020 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Igor Lopes Braga, representante da Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif), Ronaldo Luiz Rezende Malard, representante da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e Carlos Alberto Santos Oliveira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). 7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 7.1 S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool/Fazenda Conteliva II - Matrículas 8.412 e 8.473 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Frutal/MG - PA/ Nº 36293/2014/001/2021 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. 8. Encerramento.

(a) Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas e Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris.

**13 1530660 - 1**

Pauta da 52ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização - CIF do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. Data: 23 de setembro de 2021, às 14h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), Renato Teixeira Brandão. 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais. 4. Exame da Ata da 51ª RO de 26/08/2021.

**TERÇA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2021 – 11**

5. Autorização para Intervenção Ambiental vinculada a Licenciamento Ambiental: Acesso à Informação. Apresentação: Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - Suram/Semad. 6. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença Prévia, concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - “Ampliação”: 6.1 CEMIG Geração e Transmissão S.A./PCH Poço Fundo - Sistemas de geração de energia hidrelétrica, exceto Central Geradora Hidrelétrica - CGH; usinas de produção de concreto comum; britamento de pedras para construção - Poço Fundo/MG - PA/Nº 06188/2006/002/2013 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0011324/2021-72 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. 7. Encerramento. (a) Renato Teixeira Brandão, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF).

**13 1530661 - 1**

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Lindbergh Gonçalves Junior/Fazenda Boa Vista (Mat's: 40.751, 40.749, 40.750 e 40.748) - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Brasíliandia de Minas /MG. Processo: 4603/2021. (a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Capella Florestal Ltda - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muareis, ovinos e caprinos, em regime extensivo - João Pinheiro / MG. Processo: 4428/2021. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2) Posto Capim Branco Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Unaí/MG. Processo: 4426/2021. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. (a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

**13 1530612 - 1**

### Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

A Câmara Normativa e Recursal, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG torna públicas as DECISÕES determinadas pela 2ª Reunião Ordinária, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w, às 14h, do dia 13 de setembro de 2021, a saber: 3. Exame da Ata da 1ª RE da CNR do CERH-MG, realizada em 09/08/2021. APROVADA. 4. Processos Administrativos para exame de recurso de Outorga de direito de uso de recursos hídricos: 4.1. Taquaril Mineração S.A. - Nova Lima/MG - Processo de Outorga Nº 33309/2014 - Captação em corpo d’água para consumo industrial - SEI/Nº 2240.01.0000658/2021-02. IMPROVIDO. 4.2 Taquaril Mineração S.A. - Nova Lima/MG - Processo de Outorga Nº 33310/2014 -Captação em corpo d’água para consumo industrial - SEI/Nº 2240.01.0000438/2021-25. IMPROVIDO. 4.3 Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Poços de Caldas/MG - Processo de Outorga Nº 2874/2020 - Canalização e/ou retificação de curdo d’água para fins de urbanização - SEI/Nº 1370.01.0021628/2019-66. PROVIDO. 4.4 Pollo Engenharia e Incorporações Ltda/Residencial Mendonça Chaves - Poços de Caldas/MG - Processo de Outorga Nº 44848/2016 - Rebaixamento de nível de água subterrânea para obras civis - SEI/Nº 2240.01.0002282/2020-98. PROVIDO. (a) Thiago Figueiredo Santana, Presidente Suplente da Câmara Normativa e Recursal, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

**13 1530703 - 1**

### Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGANoroeste de Minas, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: Retifica-se a portaria nº. 1706890 publicada dia 09/09/2020: Outorgado: Afonso Pereira Duarte, CPF: 873.69\*\*\*\*\* Onde se lê: Vazão: 7,5 l/s de janeiro a dezembro. Período de captação: 15 dias/mês em janeiro, março, julho e setembro a dezembro, 5 dias/mês em fevereiro e agosto, 25 dias/mês de abril a junho. Volume m³: 8100 nos meses de janeiro, março, julho e setembro a dezembro, 2700 em fevereiro e agosto, 13500 de abril a junho. Condicionantes: - 1. A Portaria IGAM nº 48/2019 de 04 outubro de 2019, a qual estabelece normas suplementares para a regularização dos recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. 2. 3. Tal publicação, estabelece que nos casos de captações que utilizam uma vazão inferior a 10 L/s, estão isentas de implantar sistemas de medição de vazão além de monitorar a vazão captada. Portanto, o processo 15661/2020 não apresentará condicionantes a serem cumpridas. Leia-se: Vazão: 30 l/s de janeiro a dezembro. Período de captação: 15 dias/mês de julho a março, 25 dias/mês de abril a junho. Volume m³: 32400 de julho a março, 54000 de abril a junho. Condicionantes: 1. Manutenção da vazão mínima residual 50% da Q7,10, ou seja 1,07495 m³/s. Prazo: até 30 dias após a publicação (intervenção já implantada) ou na implantação da captação (intervenção a ser implantada). 2.O bombeamento/captação somente será permitido após a instalação do sistema de medição e de horímetro. 3. Instalar sistema de medição, de vazão captada e de fluxo residual, e horímetro. Prazo: até 30 dias após a publicação (intervenção já implantada) ou na implantação da captação (intervenção a ser implantada). 4. O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir ART expedida pelo CREA. 5. Realizar medições diárias da vazão captada, do tempo de captação e do fluxo residual armazenando estes dados em formato de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sisema, ou entidade por ele delegada, e ser apresentadas ao Igam, por meio físico e digital (planilha do excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. Prazo: A partir da instalação dos sistemas de medição. 6. Cumprir as demais obrigações estabelecidas pela Portaria 48/2019, no que couber, dado o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. Município: Lagamar/MG. Retifica-se a portaria nº. 1701817 publicada dia 21/12/2018: Outorgado: Eduardo Gonçalves Neto e Outro, CPF: 199.61\*\*\*\*\*Onde se lê: Vazão: 80,0 m³/h de janeiro a dezembro. Volume m³: 0 de janeiro a dezembro. Finalidades: Irrigação de uma área de 54,0 ha através do método de pivô central. Condicionantes: - 1. Realizar medições diárias da vazão captada e do tempo de captação, armazenando-as na forma de planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização e também ser apresentadas ao IGAM quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado, nos termos da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM nº 2.302/2015. PRAZO: A partir da data de recebimento do AR do certificado de outorga. 2. Realizar monitoramento do nível estático e dinâmico com periodicidade mínima de 30 (trinta) dias, armazenando os resultados na forma de planilhas, que deverão ser apresentadas ao IGAM quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado, nos termos da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/ IGAM nº 2.302/2015. PRAZO: A partir da data de recebimento do AR do certificado de outorga. 3. Instalar dispositivos que permitam a coleta



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202109132243230111.

Publicação (36158663) SEI 1370.01.0046397/2021-15 / pg.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Gabinete - Secretaria Executiva COPAM/MG**

Decisão SEMAD/GAB - SE.COPAM nº. da 56ª RO da CAP/2021

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.

**Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)**

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES determinadas pela 56ª Reunião Ordinária da **Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP)**, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 23 de setembro de 2021, às 9h, a saber: **4. Exame da Ata da 55ª RO CAP de 26/08/2021. APROVADA. 5. Procedimentos no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA: transparência e ações conexas. Apresentação: Diretoria de Estratégia em Regularização e Articulação com Órgãos e Entidades Intervenientes/Suram/Semad. APRESENTADA. 6. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 6.1 Minasligas S.A./Fazenda Reunidas dos Gerais - Gleba 02 e 04 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Rubelita, Virgem da Lapa e Coronel Murta/MG - PA/SLA/Nº 3253/2020 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. INDEFERIDO. 7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 7.1 S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool/Fazenda Conteliva II - Matrículas 8.412 e 8.473 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Frutal/MG - PA/Nº 36293/2014/001/2021 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 08 (OITO) ANOS.**

**Cézar Augusto Fonseca e Cruz**

Presidente Suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP).



Documento assinado eletronicamente por **Cézar Augusto Fonseca e Cruz, Diretor**, em 23/09/2021, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35644671** e o código CRC **8CE4E154**.



MINAS GERAIS

céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos mineiros, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Conselho Pena/MG, PA nº 3030/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 21/09/2031. 4) M.B.M. Minas Brasil Minérios Ltda., Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Carai/MG, PA nº 3293/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 21/09/2031.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro - Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

23 1535452 - I

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES determinadas pela 56ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 23 de setembro de 2021, às 9h, a saber: 4. Exame da Ata da 55ª RO CAP de 26/08/2021. APROVADA. 5. Procedimentos no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA: transparência e ações conexas. Apresentação: Diretoria de Estratégia em Regularização e Articulação com Órgãos e Entidades Intervinentes/Suram/Semad. APRESENTADA. 6. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 6.1 Minasligas S.A./Fazenda Reunidas dos Gerais - Gleba 02 e 04 - Culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Rubelita, Virgem da Lapa e Coronel Murta/MG - PA/SLA/nº 3253/2020 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM, INDEFERIDO. 7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 7.1 S.A. Usina Coruipe Açúcar e Alcool/Fazenda Conteliva II - Matrículas 8.412 e 8.473 - Culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Frutal/MG - PA/Nº 36293/2014/001/2021 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 08 (OITO) ANOS.

(a) Cêzar Augusto Fonseca e Cruz. Presidente Suplente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP).

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES determinadas pela 52ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 23 de setembro de 2021, às 14h, a saber: 4. Exame da Ata da 51ª RO de 26/08/2021. APROVADA. 5. Autorização para Intervenção Ambiental vinculada a Licenciamento Ambiental: Acesso à Informação. Apresentação: Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - Suram/Semad. APRESENTADO. 6. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença Prévia, concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - “Ampliação”: 6.1 CEMIG Geração e Transmissão S.A./PCH Poço Fundo - Sistemas de geração de energia hidrelétrica, exceto Central Geradora Hidrelétrica - CGH; usinas de produção de concreto comum; britamento de pedras para construção - Poço Fundo/MG - PA/Nº 06188/2006/002/2013 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0011324/2021-72 - Classe 5. Apresentação: Supram SM, DEFERIDO.

(a) Yuri Rafael de Oliveira Trovão. Diretor de Controle Processual da Supram Norte de Minas e Presidente Suplente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF).

23 1535481 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi DEFERIDO o ADENDO ao parecer único do processo abaixo identificado:

- Licença Ambiental Concomitante – LACI (LP+LI+LO): 1) Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Meio Espinhaço -CIMME, Aterro Sanitário, inclusive aterro de pequeno porte – ASPP, Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG, PA/Nº 02346/2020/001/2020, Classe 3.

(a) Cândida Cristina Barroso de Vilhena. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha.

23 1534987 - I

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) MR Mineração Ltda. / Mina do Baú - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Lavra a céu aberto - Minério de ferro e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco - Barão de Cocais e Santa Bárbara/MG - Processo nº 4158/2021 - Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Validade de 10 anos, com vencimento em 21/09/2031. 2) CSN Mineração S.A./Posto de Combustível 1 - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Congonhas/MG - Processo nº 1595/2021 - Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Validade de 10 anos, com vencimento em 23/09/2031.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

23 1535474 - I

Pauta da 162ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC SM) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.

Data: 04 de outubro de 2021, às 13h30min. Endereço virtual da reunião: <https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w>

1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.  
2. Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e Presidente da URC SM, Valéria Cristina Rezende.  
3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.  
4. Exame da Ata da 161ª RO de 02/08/2021.  
5. Apresentação Institucional: “Diálogos com o Sistema” - Panorama e diretrizes para diversificação da matriz energética em Minas Gerais. Apresentações: Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).  
6. Processo Administrativo para exame de requerimento para Intervenção Ambiental e aprovação de Compensação decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica localizada em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não vinculados ao Licenciamento Ambiental: 6.1 Elisângela Costa Vieira - lote urbano (Rua Araucária, Gleba A) - Camanducaia/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0004563/2021-98 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 0,0144 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0144 ha - Fitofisionomia: Floresta Ombrófila Mista - Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Sul.  
7. Processo Administrativo para exame de Recurso ao Indeferimento de Licenciamento Ambiental.  
7.1 Centerplast Indústria e Comércio de Tintas Ltda. - Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes - Caldas MG - PA/SLA/Nº 2436/2021 - Classe: 4. Apresentação: Supram SM.  
8. Encerramento.  
(a) Valéria Cristina Rezende. Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC Sul de Minas.

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas: 1) LAS/CADASTRO: \*Exportadora de Cafés Carmo de Minas Ltda.; Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descasamento, classificação e/ou tratamento de sementes; Varginha/MG; PA nº: 2191/2020; Classe: 2. Válida até 26/06/2030; do responsável Exportadora de Cafés Carmo de Minas Ltda.; CNPJ 09.243.971/0005-60 para o novo titular MCC Armazéns

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Gerais Ltda., CNPJ: 18.705.971/0001-00. \*Umberto Querino & Filho Ltda.; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Passos/MG; PA nº: 119813/2018; Classe: 2. Válida até 23/05/2028; do responsável Umberto Querino & Filho Ltda.; CNPJ 03.510.649/0001-40 para o novo titular Humberto Querino Junior Ltda., CNPJ: 03.510.649/0001-40, Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas.

23 1535471 - I

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Central Metropolitana torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

\*Licença Ambiental Simplificada (LASRAS): 1) Mineração Santa Paulina Ltda., reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito, Ibirité/MG e Sarzedo/MG, PA nº 587/2021, Classe 2. Motivo: A regularização da intervenção ambiental ocorrida na ADA do empreendimento deve ser obtida previamente à formalização do processo da LAS, conforme artigo 15 da DN Copam 217/2017; não foram apresentadas as anuências dos proprietários de terrenos particulares que deverão sofrer impactos relacionados à realização da atividade do empreendimento.

(a) Fernando Baliani da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

23 1535127 - I

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA IEF Nº 60, DE 23DE SETEMBRO DE 2021.

Reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Naturala RPPN “São Pedro do Campo Belo”, de propriedade de Maximiano José Lamas Dias, localizada no município de Rio Novo/MG.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, no Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto Federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural a RPPN “São Pedro do Campo Belo”, processo SEI nº 2100.01.0061248/2020-72, de interesse público e caráter de perpetuidade, localizada no município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais, no imóvel inscrito na matrícula 9869, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Novo, de propriedade de Maximiano José Lamas Dias.

Parágrafo único– A RPPN “São Pedro do Campo Belo” tem área de 4.9708 hectares, averbada na matrícula do imóvel sob o número Av3- 9869.

Art.2º– A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Art. 3º –As condutas e atividades lesivas à área reconhecida sujeitam o infrator às penalidades e sanções administrativas, civis e penais cabíveis

Art. 4º –Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2021.

Maria Amélia deConi eMoura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

PORTARIA Nº 61 DE 23DE SETEMBRODE 2021.

Dispõe sobre a Recondução do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Preto, instituído pela Portaria nº 117, de 23de setembro de 2019.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23de março de 2020, Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, observando o disposto na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002:

RESOLVE:

Art.1º- Reconduzir o Conselho Consultivo do Parque Estadual doRio Preto, instituído pela Portaria nº 117,de 23de setembrode 2019, por mais um período de 02 (dois) anos.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 23 de setembrode 2021.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF

PORTARIA IEF Nº 62 DE 23 SETEMBRO DE 2021

Designa representantes para o Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde e dá outras providências.

A DIRETORA GERAL DOINSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Decreto Estadual nº 47.344, de 23 de janeiro de 2018, com respaldo no art. 13 do Decreto nº 45.113, de 05 de junho de 2009, e no art. 1º do Decreto nº 46.996, de 11 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam designados os seguintes membros para o Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde:

1. Pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, Manuela Cardoso Stein, como titular, e Thiago Cavanelas Gelpae, como suplente;  
2. Pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Andréia Rodrigues Frois, como titular;  
3. Pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER, Márcio Stoduto de Mello, como titular, e Ivaldo Martins Boggione, como suplente;  
4. Pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Carolina Lobello Lorensini, como titular, e Lorena de Oliveira Moura, como suplente;  
5. Pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG, Ennia Rafael de Oliveira Guedes, como titular, e Mariana Pereira Ramos, como suplente;

6. Pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, Sônia Mara de Sousa Prata, como titular, e Ernandes da Silva Gomes, como suplente.

Art. 2º- Os mandatos dos membros do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde - CEBV terão duração de 2 (dois) anos a partir da publicação desta Portaria.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23de setembro de 2021

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

PORTARIA IEF Nº 63, DE 23DE SEEMBRODE 2021.

Dispõe sobre a autorização para realização de evento em Unidades de Conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas e altera a Portaria IEF nº 34, de 28 de junho de 2020.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, na Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – A presente portaria regulamenta a realização de eventos em Unidades de Conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Parágrafo único - Esta portaria não se aplica: I – às áreas de domínio privado localizadas em Áreas de Proteção Ambiental – APA;

II – às áreas das Unidades de Conservação que vigoram sob o regime de concessão de uso de bem público para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, bem como de serviços de gestão e operação dos atrativos, sendo que, nesses casos, deverão seguir o disposto no contrato e seus anexos;

III – aos eventos esportivos com veículos autônomos.

Art. 2º – Para os fins previstos nesta portaria, entende-se por: I – evento: acontecimento social com finalidade esportiva, recreativa, religiosa, científica, educativa, governamental, institucional, artística, cultural, comemorativa ou outros, programado, não rotineiro e com objetivo, data, horário, tempo de duração e estimativa de público previamente estabelecidos;

II – organizador de eventos: responsável pelo desenvolvimento de atividades de planejamento, de captação, de promoção, realização, administração dos recursos e prestação de serviços especializados de eventos; III – envolvidos: entes alheios à operação normal das Unidades de Conservação estaduais e que acessarão essas áreas ou outras áreas sob gestão do IEF em função da realização de evento, tais como participantes, plateia, convidados, organizadores, equipes de apoio, entre outros.

Art. 3º – O IEF, por meio das suas Unidades de Conservação, poderá prover, na medida de sua capacidade operacional, apoio aos eventos, que possuírem relação com os objetivos da área protegida.

Art. 4º – Para efeitos desta portaria, caberá ao IEF a emissão de autorização para realização de evento em Unidade de Conservação.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Seção I

Da solicitação de autorização para realização de

evento em Unidade de Conservação

Art. 5º – A solicitação de autorização para realização de evento em Unidade de Conservação se dará por meio do preenchimento do Formulário de Solicitação para Realização de Eventos em Unidade de Conservação, conforme Anexo I, o qual deverá ser assinado pelo organizador do evento, quando pessoa física, ou por seu representante legal, quando pessoa jurídica, e apresentado ao IEF acompanhado da seguinte documentação:

I – documentos do organizador do evento:

a) pessoa física: documento de identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de residência;

b) pessoa jurídica: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, documento de constituição da empresa acompanhado da última alteração, comprovante de endereço, bem como documento de identidade e CPF do seu representante legal;

II – lista contendo o nome das pessoas que compõem a equipe organizadora do evento, acompanhada dos documentos listados na alínea “a” do inciso I;

III – plano de mobilização e desmobilização do evento, incluindo, quando couber, estratégia de mitigação de impactos;

IV – mapa dos percursos e estradas, nos quais ocorrerá o trânsito de pedestres e veículos, quando houver;

V – croqui do evento, com a indicação dos equipamentos, aparelhos e estruturas que pretende utilizar, sua forma de distribuição e instalação na Unidade de Conservação, bem como a forma como serão conduzidos para o seu interior;

VI – Termo de Assunção de Risco, conforme Anexo V, assinado pelo organizador do evento, quando pessoa física, ou seu representante legal, quando pessoa jurídica;

VII – planejamento logístico e operacional, visando minimizar os impactos sobre o funcionamento normal da Unidade de Conservação, no caso de evento que provoque alteração da rotina ou da operação normal da visitação.

§ 1º – Apenas será considerada formalizada a solicitação instruída com toda a documentação exigida.

§ 2º – A estratégia de mitigação a que se refere o inciso III pode envolver manejo e adequação de áreas, antes e depois do evento, assim como o gerenciamento de resíduos.

§ 3º – O gestor da Unidade de Conservação, quando necessário, poderá solicitar, ao organizador do evento, visita técnica ao local pretendido ou a realização de reunião, previamente à realização do evento, a fim de obter informações adicionais.

Art. 6º – A solicitação de autorização para realização de evento em Unidade de Conservação deve ser realizada com antecedência mínima de sessenta dias da data do evento, sob pena de não formalização.

Parágrafo único: Excepcionalmente, o critério do gestor da Unidade de Conservação, a solicitação de autorização para realização de evento em Unidade de Conservação poderá ser formalizada em prazo inferior ao previsto no caput.

Art. 7º – Caso haja mais de uma solicitação para realização de evento em Unidade de Conservação para a mesma data, terá prioridade de realização aquela formalizada primeiro.

Art. 8º – O Formulário de Solicitação para Realização de Evento em Unidade de Conservação, juntamente com a documentação a que se refere o art. 5º, deverá ser protocolizado por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI:

I – na Unidade de Conservação, quando o evento for realizado em apenas uma área protegida;

II – na Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade – URFBio, sendo ouvidos os gestores de cada Unidade de Conservação, quando o evento for realizado em mais de uma Unidade de Conservação localizada em sua área de abrangência;

III – na Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, sendo ouvidos os gestores de cada Unidade de Conservação, quando o evento for realizado em mais de uma área protegida pertencente a URFBios distintas.

Seção II

Da análise e da autorização para realização de

evento em Unidade de Conservação

Art. 9º – O IEF terá o prazo de trinta dias para realizar a análise da solicitação, por meio da emissão de parecer técnico, conforme Anexo II.

Art. 10 – A análise das solicitações deverá observar, obrigatoriamente:

I – os possíveis riscos ambientais da realização do evento na Unidade de Conservação, inclusive no que se refere à utilização do uso de técnicas ou efeitos especiais que possam causar dano ambiental ou impacto significativo aos processos ecológicos em Unidades de Conservação;

II – as demais normas, regras e o zoneamento estabelecidos pelo plano de manejo e pelo regulamento de visitação da Unidade de Conservação, quando houver;

III – a infraestrutura do IEF disponível para ser utilizada no evento e a necessidade de instalação de novas estruturas para sua realização;

IV – a minimização dos impactos do evento na Unidade de Conservação, incluindo o tempo de permanência e o tamanho da equipe na Unidade de Conservação, a identificação das vias de acesso, o volume dos equipamentos utilizados, a geração e disposição de resíduos, o número de participantes, e demais aspectos ambientais no período previsto para a sua realização;

V – a necessidade de monitoramento e acompanhamento do evento pela equipe do IEF, considerando a conveniência do atendimento ao pleito frente às demandas de gestão da Unidade de Conservação;

VI – o cronograma de execução do evento e a definição de percurso, quando necessário, com a equipe da Unidade de Conservação, considerando a disponibilidade dos técnicos do IEF;

VII – a interferência nos demais usos permitidos na Unidade de Conservação;

VIII – o interesse público e o benefício ambiental durante e após o evento.

Art. 11 – A autorização para realização de evento em Unidade de Conservação caberá à autoridade responsável pelas unidades administrativas a que se refere o art. 8º.

§ 1º – A autorização para realização de evento em Unidade de Conservação deverá ser precedida de ciência ao Diretor de Unidades de Conservação do IEF, nas seguintes situações extraordinárias:

I – em áreas ou horários diferenciados do habitual na Unidade de Conservação;

II – atividades diferenciadas da visitação regular na Unidade de Conservação;

III – eventos de grandes proporções;

IV – fechamento total ou parcial da Unidade de Conservação para o evento.

§ 2º – O fechamento total só será permitido nos casos que possam relação com o interesse da Unidade de Conservação ou com a atuação do IEF.

§ 3º – Na situação a que se refere o inciso IV do §1º, o gestor da Unidade de Conservação deverá dar publicidade ao seu fechamento total ou parcial, no sítio eletrônico do IEF e nas mídias sociais da Unidade de Conservação, com uma antecedência mínima de cinco dias da realização do evento.

Art. 12 – A autorização para a realização de evento em Unidade de Conservação se dará com a emissão do Termo de Autorização para Realização de Evento em Unidade de Conservação, conforme Anexo IV.

§ 1º – O Termo a que se refere o caput poderá prever condições e obrigações específicas, a serem definidas pela administração da Unidade de Conservação, em função da vulnerabilidade ambiental ou das restrições de uso da área protegida, considerando as peculiaridades de cada Unidade de Conservação.

§ 2º – Nos casos em que houver alteração da proposta do evento após a emissão da autorização, o solicitante deverá apresentar novo Formulário de Solicitação para Realização de Evento em Unidade de Conservação e os documentos relacionados, ressalvado o disposto no §3º.

§ 3º – Caso haja necessidade de adiar a data de realização do evento, o gestor da Unidade de Conservação deverá ser comunicado, com antecede-

SEXTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2021 – 13

dência mínima de cinco dias, para a marcação de nova data, conforme disponibilidade.

§ 4º – Quando o adiamento decorrer de interesse da administração, o gestor da Unidade de Conservação deverá comunicar ao organizador do evento, com antecedência mínima de dez dias, para a marcação de nova data, conforme disponibilidade.

§ 5º – Os prazos a que se referem os §§3º e 4º não se aplicam aos casos em que a necessidade de adiamento do evento decorrer de motivos de força maior.

§ 6º – A autorização para realização de evento em Unidade de Conservação poderá ser suspensa pelo IEF em casos excepcionais, mediante justificativa formal.

Art. 13 – A comercialização de produtos e serviços durante a realização dos eventos poderá ser realizada, desde que prevista no formulário de solicitação e no termo de autorização a que se referem os arts. 5º e 12. Parágrafo único – A qualidade e a disponibilidade de produtos e serviços são de inteira responsabilidade do organizador do evento.

Art. 14 – A resposta à solicitação de autorização para realização de evento em Unidade de Conservação administrada pelo IEF será comunicada ao solicitante por meio do SEI.

§ 1º – Nos casos de indeferimento da solicitação, será facultado ao organizador do evento a interposição de recurso, por meio do SEI, no prazo de dez dias contados a partir do recebimento da resposta.

§ 2º – Caso não haja a interposição de recurso no prazo descrito no §1º, a solicitação será arquivada definitivamente.

§ 3º – O recurso a que se refere o §1º será dirigido à Diretoria de Unidades de Conservação.

Seção III

Da cobrança para realização de eventos

Art. 15 – Após a análise da documentação apresentada e verificada a possibilidade de deferimento da solicitação de realização de evento na Unidade de Conservação, a emissão da autorização pelo IEF estará condicionada ao pagamento e apresentação do comprovante de quitação do Documento de Arrecadação Estadual – DAE pelo solicitante.

Parágrafo único – A geração do DAE deve se dar por meio do código de serviço 21 - Unidades de Conservação Concessões e Permissões e os valores serão calculados por dia de atividade, conforme Anexo III.

Art. 16 – Ficam isentos de cobrança os eventos que se enquadrem em uma das seguintes condições:

I – possuam caráter filantrópico ou religioso;

II – sejam promovidos em parceria com o IEF;

III – sejam considerados de interesse estratégico para o IEF, mediante justificativa formal apresentada pelo gestor da Unidade de Conservação e aprovada pela Diretoria de Unidades de Conservação;

IV – sejam realizados por iniciativa de populações tradicionais e não tradicionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme previsto no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Art. 17 – Não haverá cobrança extra para entrada nas Unidades de Conservação aos organizadores, prestadores de serviços e participantes diretos do evento cuja realização tiver sido autorizada pelo IEF.

Art. 18 – A cobrança pela utilização de infraestrutura e de áreas de estacionamento existentes nas Unidades de Conservação para a realização dos eventos autorizados, deverá observar o descrito na Portaria IEF nº 34, de 28 de junho de 2018.

Art. 19 – Não haverá, em nenhuma hipótese, ressarcimento de valor pago pelos organizadores do evento.

Art. 20 – As produções visuais realizadas para promoção do evento autorizado nas Unidades de Conservação estaduais estarão isentas de autorização e cobrança de uso de imagem.

Parágrafo único – Caso o uso das imagens esteja desvinculado do evento autorizado, deverão ser observados os procedimentos previstos na Portaria IEF nº 04, de 05 de fevereiro de 2018.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Folha de Decisão da 56ª RO da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP)  
do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).**

**Data: 23 de Setembro de 2021, às 9h.****Endereço Virtual da Reunião:**<https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>**Empreendedor/Empreendimento: Usina Coruripe Açúcar e Álcool/Fazenda Conteliva II****PA/Nº 36293/2014/001/2021****Licença de Operação Corretiva****Supram TM****DECISÃO DA CÂMARA:**☒ (X) CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES - VALIDADE: 08 (OITO) ANOS.☐ ( ) REFERENDADA COM CONDICIONANTES - VALIDADE:☐ ( ) REFERENDADA SEM CONDICIONANTES - VALIDADE:☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) RETIRADO DE PAUTA☐ ( ) BAIXADO EM DILIGÊNCIA☐ ( ) ARQUIVAMENTO☐ ( ) SOBRESTADO☐ ( ) ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE:☐ ( ) DEFERIDA ☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) INCLUSÃO DE CONDICIONANTE:☐ ( ) DEFERIDA ☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE:☐ ( ) DEFERIDA ☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA - VALIDADE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_☐ ( ) DEFERIDA ☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATENDIMENTO DE CONDICIONANTE:☐ ( ) DEFERIDA ☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) RECONSIDERAÇÃO DA LICENÇA:☐ ( ) DEFERIDA ☐ ( ) INDEFERIDA☐ ( ) PEDIDO DE VISTAS PELO(S) CONSELHEIRO(S), REPRESENTANTE DA ENTIDADE**APURAÇÃO DE QUÓRUM:**



**QUÓRUM INICIAL: 12 (Doze)**

**ENTIDADES: Segov; Sede; Seapa; Emater; CRBio-04; Mapa; Faemg; Amif; Angá; Relictos; SME; Uemg;**

**APURAÇÃO DE VOTOS NOS TERMOS DO PARECER ÚNICO:**

**QUÓRUM JULGAMENTO: 12 (Doze)**

**Nº DE VOTOS A FAVOR: 12 (Doze)**

**ENTIDADES: Segov; Sede; Seapa; Emater; CRBio-04; Mapa; Faemg; Amif; Angá; Relictos; SME; Uemg;**

**Nº DE VOTOS CONTRÁRIOS : \*\***

**Nº DE ABSTENÇÕES: \*\***

**Nº DE IMPEDIMENTOS/SUSPEIÇÕES: \*\***

**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO**

**Nome Completo: Sabrina de Souza Nunes Nascimento**

**MASP: 14719017**

**Sector: Núcleo dos Órgãos Colegiados**

**César Augusto Fonseca e Cruz**

Presidente Suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP).



Documento assinado eletronicamente por **Cezar Augusto Fonseca e Cruz, Diretor**, em 27/09/2021, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35818848** e o código CRC **13ACD702**.